

CARTA DA JUVENTUDE RURAL DA CONTAG PELO PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE

Luziânia/GO, 01 de abril de 2025

A juventude da CONTAG reunida em Plenária no 14º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares reafirma o seu compromisso com a luta pela efetivação de políticas públicas voltadas para nossa geração. Nesta plenária, somos 400 jovens representando os/as milhares espalhados/as por todos os estados do Brasil.

Celebramos os 20 anos da Política Nacional de Juventude, que consolidou avanços históricos na garantia de direitos, no fortalecimento da participação social e na promoção de oportunidades para mais de 47 milhões de jovens brasileiros/as. Contudo, reconhecemos os desafios urgentes para garantir a inclusão e emancipação da juventude brasileira, sobretudo no contexto das desigualdades regionais, do desemprego juvenil, da evasão escolar, da dificuldade de permanência no campo e da violência que afeta desproporcionalmente a juventude negra, periférica, indígena, do campo, da floresta e das águas, comunidades tradicionais e LGBTQIAPN+.

Esses desafios precisam ser enfrentados com políticas públicas descentralizadas e efetivas em todas as regiões do Brasil. A juventude deve estar no centro do debate nacional por meio de uma política transversal.

A construção de uma sociedade justa exige a inclusão plena de todos os/as jovens, independente de suas condições ou identidades. Defendemos políticas para educação inclusiva, com foco em jovens com deficiência, transtornos psicológicos, juventude rural, negra, indígena, quilombola e LGBTQIAPN+, além de ações afirmativas que ampliem o acesso ao ensino superior, como cotas específicas para pessoas trans e travestis, e o fortalecimento das cotas raciais e sociais. Também é essencial capacitar docentes, ampliar o ensino de Libras, implementar uma educação antirracista e combater o racismo e a LGBTQIAPN+fobia nos espaços educacionais.

Reivindicamos a tramitação e aprovação imediata do Plano Nacional de Juventude (PNJ) pelo Congresso Nacional. O PNJ institucionaliza as políticas de juventude, garantindo estabilidade, continuidade e orçamento próprio. Sua implementação fortalecerá o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), promovendo a integração de políticas em todos os níveis governamentais.

Fruto de uma construção coletiva protagonizada por jovens, o PNJ foi elaborado por meio da 4ª Conferência Nacional de Juventude, caravanas regionais, seminários temáticos e consultas públicas. Sua estrutura se baseia nos 11 eixos do Estatuto da Juventude, abrangendo educação, trabalho e renda, saúde, diversidade, meio ambiente, segurança, cultura, mobilidade, comunicação, participação social e igualdade.

Reivindicamos:

1. A tramitação urgente do Plano Nacional de Juventude e sua priorização na agenda legislativa.

2. A criação do Fundo Nacional da Juventude (FNJ):

Garantindo financiamento permanente para políticas juvenis. O FNJ é essencial para a implementação das ações previstas no Plano Nacional de Juventude. O fundo deverá contemplar projetos que promovam inclusão, emancipação e protagonismo juvenil, assegurando autonomia financeira para a efetivação de políticas públicas.

3. A ampliação de oportunidades educacionais e de inserção produtiva para a juventude rural:

É necessário fortalecer programas como o Pé-de-Meia, que fomenta a autonomia financeira dos/as jovens, e ampliar a Educação Profissional e Tecnológica, garantindo que jovens tenham acesso à formação de qualidade e oportunidades no mercado de trabalho.

4. A implementação do Plano Juventude Negra Viva e outras políticas de enfrentamento à violência contra a juventude negra e periférica:

Defendemos atenção especial à desmilitarização das polícias e ao fim da guerra às drogas, que criminaliza e incentiva o genocídio da juventude negra, indígena e periférica. Além disso, é fundamental implementar políticas de reparação e acolhimento às famílias de vítimas da violência do Estado, promovendo justiça e reparação histórica.

5. A efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ):

O PNAISAJ deve ter ênfase na saúde mental e garantir equidade no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). É essencial ampliar os serviços especializados para jovens e criar campanhas de conscientização sobre saúde mental, prevenindo agravos e reduzindo desigualdades no acesso à saúde.

6. Uma política feita para a juventude precisa ser pensada pela juventude:

A obrigatoriedade da implementação dos Conselhos estaduais e municipais em todo o Brasil como espaços de participação juvenil. Defendemos a garantia de protagonismo, diversidade e escuta ativa das juventudes no processo de tomada de decisões. Exigimos que esses espaços tenham poder decisório vinculante, impedindo que a participação social dos/as jovens seja meramente consultiva, e que tenham impacto real na formulação e execução das políticas públicas.

7. O Plano Nacional de Juventude deve integrar políticas em todas as esferas governamentais:

É essencial abordar questões como meio ambiente, segurança pública e mobilidade urbana. Defendemos ações contra o racismo ambiental, proteção de povos indígenas e quilombolas, oposição à exploração predatória e garantia de uma transição energética justa. A justiça climática deve ser uma prioridade, especialmente para juventudes marginalizadas, promovendo políticas que enfrentem os impactos do capitalismo e protejam o meio ambiente.

8. Reivindicamos o Fortalecimento da Assistência Estudantil nos Estados Brasileiros:

Considerando a recente aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2024, celebramos um avanço significativo na garantia dos direitos de permanência universitária para milhares de jovens brasileiros que almejam o ensino superior. No entanto, é urgente destacar que a efetiva implementação desse plano

não contempla de forma equânime os estados, deixando lacunas críticas que comprometem o acesso e a permanência de estudantes em condições vulneráveis nas Universidades Públicas Estaduais e Privadas. O fortalecimento da assistência universitária nos estados é, portanto, uma necessidade premente, visando assegurar que políticas públicas de apoio estudantil, como auxílio moradia, alimentação através da implementação dos Restaurantes Universitários, transporte e acesso a bolsas permanências sejam ampliadas e descentralizadas. Somente com um compromisso coletivo entre União, estados e instituições de ensino será possível transformar o PNAES em uma ferramenta verdadeiramente inclusiva, capaz de romper as barreiras socioeconômicas que ainda impedem a realização do sonho da graduação para milhares de jovens em todo o País.

9. Repúdio ao impacto dos cortes na educação:

A recente aprovação da lei orçamentária trouxe avanços, mas o corte de R\$ 2 bilhões na educação representa um grande retrocesso. Isso compromete escolas, universidades e projetos fundamentais, ameaçando o futuro de milhares de estudantes e a construção de uma sociedade mais justa.

10. Atualização da lei do jovem aprendiz e do estágio:

A legislação atual sobre estágio e menor aprendiz está desatualizada e precisa ser revista para corrigir as condições precárias de trabalho enfrentadas por muitos/as jovens. É fundamental estabelecer um teto nacional para carga horária e remuneração, garantindo que os/as jovens não sejam sobrecarregados e recebam uma compensação justa pelo seu trabalho. Além disso, é necessário incluir benefícios como vale-alimentação, vale-transporte e 13º salário, que são essenciais para assegurar que os/as jovens possam se sustentar enquanto adquirem experiência profissional. Esses benefícios não só melhoram a qualidade de vida dos/as jovens trabalhadores, mas também incentivam a continuidade dos estudos e a busca por qualificação profissional. A atualização da legislação deve também contemplar a criação de mecanismos de fiscalização e garantia de direitos, assegurando que as empresas cumpram as novas normas e que os/as jovens tenham acesso a um ambiente de trabalho seguro e justo. Essas mudanças são cruciais para valorizar os estudantes e garantir transições mais justas e equitativas para o mercado de trabalho, promovendo a inclusão social e econômica dos/as jovens brasileiros/as.

11. Juventude e Sucessão Rural:

Reivindicamos a implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que aborda eixos específicos relacionados às juventudes do campo, da floresta e das águas. É essencial garantir políticas públicas que permitam aos/as jovens rurais do Brasil permanecerem no campo, respeitando suas características individuais e coletivas. Fortalecer a sucessão rural hoje é garantir a continuidade da produção de alimentos saudáveis através da agricultura familiar. A inclusão dos/as jovens rurais nas políticas de juventude é fundamental para promover a sustentabilidade e a justiça social no meio rural. Aprovamos esta carta como símbolo de nossa unidade e determinação, reafirmando que o Plano Nacional de Juventude é a bandeira central das juventudes nos próximos meses. A juventude do campo, da floresta e das águas da CONTAG se levanta e segue na luta!

Seguimos firmes e fortes semeando resistência e cultivando um mundo novo!

#AprovaPNJ #JuventudePresente #PlanoNacionalDeJuventudeJá

